



AEDOS

Revista do corpo discente
do PPG-História da UFRGS

“O corpo histórico: meu dildo goza terrorismo” Pós-pornografia e pornoterrorismo na contemporaneidade - Uma analítica de ruptura¹.

"The historical body: my dildo cums terrorism" Post-pornography and pornoterrorism in contemporaneity - A breaking analysis.

Hariagi Borba Nunes²
Fernando Seffner³
Natalia Pietra Méndez⁴

Resumo: Este trabalho tem a finalidade de explorar o corpo pós-pornográfico e pornoterrorista como brecha teórica, repensando as naturalizações destinadas aos corpos na escrita da História. Iremos apresentar historicamente a construção da ideia de dois sexos diferentes e incomensuráveis no Ocidente, e como esse discurso fixou-se por meio da medicina, anatomia, biologia e as teorias sócio-políticas do século XIX, criando verdades normativas e inquestionáveis sobre o sexo até hoje. Conjuntamente de filósofos como Michel Foucault, Judith Butler, Joan Scott, Donna Haraway e Paul B. Preciado iremos ruminar a produção discursiva normalizadora dos corpos e expor o desvio epistemológico, do conceito de natureza pelo de tecnologia, reapropriando, desta forma, novos códigos de sexualidade, gênero e sexo através da apresentação de três coletivos espanhóis de pós-pornografia e pornoterrorismo: Post-Op, Quimera Rosa e Diana Pornoterrorista (Diana Junyent). Visibilizando que a emergência desses corpos e práticas tensionam a escrita da História.

Palavras-chave: Pós-pornografia, Pornoterrorismo, História.

Abstract: The purpose of this article is to explore the post-pornographic and pornterrorist body as a theoretical way to rethink essentialisms and naturalizations over the body on the writing of history. We are going to historically introduce the construction of two different and incommensurable sexes, and how that speech has been settled by the medicine, anatomy, biology and social-political theories of XIX century, creating a normative and unquestionable truth about sex that remains nowadays. Referencing philosophers as Michel Foucault, Judith Butler, Joan Scott, Donna Haraway e Paul B. Preciado, we pretend to rethink the discursive production that normalizes the body and expose the epistemological deviation – replacing the concept of nature by the one of technology – to reapropriate new codes of sexuality, gender and sex based on presentation of three post-porn and

¹ Conferir Nunes (2016).

² Mestranda em Educação na Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) na linha de Educação e Relações de Gênero, bacharelanda em História e licenciada em História pela mesma instituição. Estuda relações de gênero, sexualidades e construção de desejos a partir de práticas dissidentes e subversivas, a exemplos da pós-pornografia, pornoterrorismo e transgressões de gênero, sexualidade, classe e raça nas corporalidades escolarizadas. Teoricamente, alinha-se às discussões pós-estruturalistas, *queer*, pós-coloniais, feminismo negro e indígena e feminismo lesb/decolonial/antirracista. Recentemente, no projeto de doutorado, trabalhou questões relacionadas a fronteiras binacionais, pensando copos subjetivados de forma clandestina e ilegal a partir das bifurcações e fluxos fronteiriços através dos aportes feministas decoloniais.

³ Doutor em Educação professor titular PPGEduc. - UFRGS fernandoseffner@gmail.com.

⁴ Doutora em História professora titular PPGHist.- UFRGS npietramendez@gmail.com.

pornterrorist organizations in Spain: Post-Op, Quimera Rosa and Diana Pornterrorista. Concluding that the emergence of these bodies and practices revolutionized the writing of historiography.

Key-words: Post-Pornography, Pornoterrorism, History.

1 - Introdução

Temos que inventar novas metodologias de produção do conhecimento e uma nova imaginação política capaz de confrontar a lógica da guerra, da razão heterocolonial e da hegemonia do mercado como lugar de produção de valor e verdade. [...] Falamos da transformação dos domínios moleculares da sensibilidade, da inteligência, do desejo. Se trata de modificar a produção de signos, a sintaxis, a subjetividade... os modos de produzir e reproduzir a vida (PRECIADO, 2013).

Nestas primeiras linhas, gostaria de esboçar os sentimentos de felicidade e responsabilidade com a publicação deste trabalho sobre práticas sexuais dissidentes e teoria da história justamente no momento em que o país passa por uma triste onda fascista e negacionista dos valores democráticos, historicamente conquistados. Falar de gênero, sexualidade e história no presente é falar de possibilidades reais de futuros.

Este trabalho tem duas finalidades teórico-políticas sobre o corpo, sendo a primeira de cunho metodológico perante a disciplina de História: repensar as naturalizações de essencialismos impostos anacronicamente sobre as categorias de homens e mulheres, denunciando o malefício discursivo da inexistência de outras corporalidades na escrita da História para um presente de representatividade. Expondo - a partir dos discursos médicos e científicos - a construção dos sexos como norma axiomática universal e inquestionável, percebendo a possibilidade de desvio e reapropriação dessas verdades por corpos ditos *abjetos*⁵. A segunda, complementar à primeira: encarregar-se da ruptura epistemológica em relação ao conceito de natureza como essência fixa e pré-discursiva, visibilizando a potencialidade do corpo pós-pornográfico e pornoterrorista como reapropriação dos códigos de sexualidade hegemônicos, possibilitando a emergência de multi-corporalidades.

2 - Corpo: território de disputa

Partindo da premissa de que alguns conceitos aparecem de forma inquestionável e naturalizada dentro da escrita desta disciplina, é de extrema importância que reconheçamos os

⁵ Corpos retirados dos processos de inteligibilidade de formação de sujeitos.

usos essencializadores e anacrônicos que produzimos, por exemplo, ao tratarmos o corpo de forma universal, atemporal, e pré-definido entre homem ou mulher.

Por esta razão, proponho o diálogo entre a construção histórica de dois sexos biologicamente diferentes (homens e mulheres) e a questão conceitual/linguística e política de repensar o corpo. Desta conexão emergem alguns questionamentos: como surgiu a diferença sexual legitimada pelo saber médico? Qual o poder da anatomia na consolidação dessa verdade sobre o sexo? De que forma essas verdades tomam dimensões inquestionáveis dentro de um sistema de pensamento? Como é construído um corpo? Que poderes e verdades atuam nessa construção? Que leis e normas pré-estabelecem um corpo antes da sua existência como sujeito?

Para responder a primeira parte desses questionamentos, nos remetemos ao historiador Thomas Laqueur, que situa entre o final do século XVII e meados do XVIII a lenta transição da percepção de um sexo único para dois sexos. A concepção de um sexo único e incomensurável, herdada pelos Gregos, passou a perder legitimidade perante as descobertas médicas da diferença sexual no século XIX.

Para o grego Galeno, as mulheres não eram diferentes, mas inferiores, pois seus órgãos genitais eram menos desenvolvidos em uma escala medida pelo aquecimento. Um órgão genital para fora, externo, era considerado mais aquecido e desenvolvido, por isso o pênis estabelecia-se enquanto marco referencial positivo de desenvolvimento humano. Quando um corpo era desenvolvido e aquecido o suficiente, seus órgãos genitais eram forçados para fora (percepção do pênis e do saco escrotal masculino) e, quando eram menos desenvolvidos e aquecidos, ficavam para dentro (percepção da vagina e dos ovários femininos). Ou seja, a concepção sobre o sexo e o corpo dava-se não pela diferença sexual, mas a partir de uma ideia de igualdade medida pelo desenvolvimento do corpo.

A medicina dos séculos XVIII e XIX estabeleceu sua função social a partir do sexo – ser homem ou mulher passava a ter uma importância anatômica e genital. Para o autor, a transição do sexo único para os dois sexos, iniciada no século XVIII, perpassa a história de uma forma política e epistemológica. Essa reviravolta epistêmica proporcionada pela ciência e o novo modelo de dois sexos, reestruturou a sociedade Ocidental.

Baseada na biologia e nas teorias sociais do século XIX, as novas lógicas da diferença eram reflexo da divisão natural das espécies entre machos e fêmeas. Desta forma, as concepções de homem e mulher estabeleceram-se por meio de experimentos científicos aplicados a animais legitimando, assim, reflexos dos “comportamentos naturais” que os seres humanos exerceriam durante a sua vida em sociedade. Em uma das análises feitas pelo autor em relação a tratados anatômicos da época, Laqueur demonstra comparações comportamentais e físicas entre homens

e cavalos, mulheres e avestruzes. Partindo da lógica de que a representação do cavalo como homem era o recorte exato da construção da virilidade, força, e velocidade atribuídas ao corpo masculino: “a iconografia do cavalo era óbvia em um mundo onde o animal era criado em razão da sua velocidade, força e resistência, e onde o homem a cavalo ainda representa autoridade” (LAQUEUR, 2001, p. 206). Já o corpo avestruzesco era relacionado à mulher: “sua enorme pélvis em proporção ao corpo chama a atenção do observador para a característica análoga da mulher” (LAQUEUR, 2001, p. 206).

A legitimidade do corpo sexual a partir das plantas, dos animais e das moléculas internas do nosso corpo – estudos médicos – produzem e reproduzem comportamentos, ações e trajetórias de vidas de mulheres e homens. O que se produzia nos laboratórios médicos era reflexo dos valores que constituíam homens e mulheres no século XIX, porém essas verdades penetraram ainda mais na subjetividade ocidental através de escritos sócio-políticos, como os de Rousseau e outros importantes pensadores da modernidade. Produções estas que constantemente colocavam a mulher como um ser inferior ao homem, tanto nos aspectos biológicos como na arena pública e política.

Laqueur (2001), em seu livro *A Invenção do Sexo: dos Gregos a Freud*, nos mostra um panorama geral de como a divisão sexual foi acontecendo no decorrer dos séculos citados, na Europa ocidental. Baseado no saber médico, na biologia e nos poderes institucionais das teorias sociais, esse modelo de corpo – masculino e feminino – passou de uma visibilidade do gênero para uma concretude do sexo, estabilizando-se ainda hoje como hegemônico e “natural”, penetrando no subjetivo dos agentes históricos, moldando corpos e pensamentos.

Anne Fausto-Sterling também nos auxiliará na construção de respostas sobre o corpo e as produções científicas, seguindo as percepções da construção histórica de Laqueur sobre a diferença sexual. A historiadora e bióloga estuda como acontece o procedimento de divisão dos sexos com pessoas intersex⁶, em que muitas vezes o que define o sexo do bebê não é o órgão sexual exteriorizado, mas uma série de fatores tais como: cromossomos, órgãos reprodutores e os hormônios. Esses novos procedimentos da medicina reforçam, de formas mais “profundas”, a contínua divisão dos sexos. Como Fausto-Sterling (2006) nos relata no primeiro capítulo do livro *Cuerpos Sexuados*, a “escolha” médica sobre o corpo de uma criança intersex tem bases reprodutivas, ou seja, o quanto esse indivíduo pode contribuir para uma sociedade através dos seus atributos biológicos de reprodução.

⁶ Pessoas com variação de caracteres sexuais incluindo cromossomos, gônadas e/ou órgãos genitais que dificultam a identificação de um indivíduo como totalmente feminino ou masculino.

A autora prioriza analisar como as práticas cirúrgicas são resultado de atravessamentos culturalmente definidos e produto de verdades colocadas como “naturais” na sociedade. Desta forma, põem em xeque a ciência, como é escrita e produzida pelos sujeitos que a legitimam – incluindo as ciências humanas, referindo-se à história como produtora de corpos universais. As ciências, por muito tempo, apagaram da escrita categorias como gênero, raça, classe e outros. Fausto-Sterling (2006, p. 45) apresenta, a partir dessa análise, autoras feministas que repensam a escrita das ciências, como Butler e Scott, frisando:

para mudar a política do corpo, precisamos mudar a própria política da ciência. As feministas (e outras) que estudam o modo como os cientistas criam o conhecimento empírico já começaram a reconstruir a própria natureza do processo científico.

Através das leituras realizadas, entendemos que o processo de designação dos sexos é historicamente construído a partir da medicina, das teorias políticas e da biologia, por meio das quais o “natural” consolida-se como antecessor da construção humana. No final do século XVIII e início do XIX, o sexo passou de único para dois incomensuráveis e diferentes transferindo o binarismo do mundo científico para os corpos, travando comportamentos socialmente esperados por meio de características anatomicamente demarcadas para “o ser homem” e “o ser mulher”. Atualmente, essas categorias ainda existem como normas axiomáticas, e nas salas de cirurgias os procedimentos de recitação da norma continuam sendo aplicados a cada pessoa intersex que nasce e precisa ser “definida”.

Esses processos de reconstrução de espaços e tempos são a base da disciplina, pois os historiadores criam sociedades passadas através do filtro do presente, porém não seria uma forma de empobrecimento colocar as categorias sexuais como pré-discursivas, evidenciando que homens e mulheres sempre existiram? Desta forma, referindo-nos ao passado através das nomenclaturas de “homens” e “mulheres”, não estaríamos essencializando os corpos dentro de categorias - que possuem uma história e um tempo de invenção? Ao não localizar essas categorias o momento da sua construção médica e jurídica como entendemos hoje, estaríamos anacronizando o passado e pré-estabelecendo um futuro aos corpos? Como, através da escrita das ciências - incluindo as ciências humanas - repensamos a categoria de corpo para não cair na areia movediça das naturalizações? De que maneira as normas hegemônicas sobre o sexo reconstróem um corpo do passado? Que saberes e poderes retificam o corpo sexual como natural? Como essa norma é construída através do discurso histórico? Judith Butler e Joan Scott, de acordo com uma perspectiva pós-estruturalista e feministas, debruçaram-se sobre esses questionamentos e analisaram a escrita como ferramenta de recitação de normas, produtora de corpos e arma em potencial para repensá-los.

2.1 - O repensar do corpo

John Scott e Judith Butler traçam um novo olhar epistemológico, abrindo caminho para pensar o corpo e outras categorias de uma nova forma, colocando-as como produto de uma história e não como naturalmente existentes. Localizam os sujeitos em uma temporalidade e espaço específicos, imbuídos de marcadores como raça, classe e gênero, inseridos de multi-identidades. Scott (1988), no artigo publicado *A Invisibilidade da Experiência*, faz uma crítica à escrita da história, mais especificamente ao historiador E.P Thompson, que trata a experiência de classe na Inglaterra como uma categoria essencializadora.

Scott repensa pressupostos identitários - como homossexualidade, heterossexualidade, sexo, feminilidade, masculinidade – para afirmar que essas categorias não devem ser usadas de forma “inconsequente” pela história, pois esses marcadores sociais possuem uma construção histórica e temporal no mundo, e não devemos colocá-los como pressupostos de uma natureza fixadora (SCOTT, 1998, p. 7).

Scott também nos lembra que a importância que damos a determinadas categorias são de cunho extremamente político, e define que o *quê* e o *como* o historiador fala são imprescindíveis para que tenhamos uma melhor análise localizada dos nossos procedimentos de reconstrução do passado e de memórias. Assim, sugere o exercício de uma escrita da história problematizadora, que faça emergir dentro da disciplina a cultura da não naturalização de identidades e categorias. Só assim produziremos verdades sobre o corpo de forma crítica e não essencializadora, criando possibilidades de corporalidades emergirem no presente, não permitindo a hegemonia inquestionável de categorias estanques como homem e mulher, entendendo que repensá-las é um compromisso político.

Em seu artigo nomeado *Corpos que pesam: sobre os limites discursivos do “sexo”* – Butler (2000) frisa a importância da materialidade dos corpos para os agentes políticos sociais, entendendo-os como resultado de produções e recitações da norma regulatória do sexo. Para a autora o fundamental é analisar o sexo a partir da afirmação de que esse marcador é a materialização de uma norma que controla e governa a partir do corpo:

o que está em jogo nessa reformulação da materialidade dos corpos é o seguinte: [...] a construção do sexo não mais como um dado corporal sobre o qual a construção do gênero é artificialmente imposta, mas como uma norma cultural que governa a materialização dos corpos (BUTLER, 2000, p. 112).

Butler frisa que a norma do sexo parte da premissa cisgênera-heterossexual-branca, na qual os sujeitos não materializados dentro desta axiomatização - em uma escala de dissidência - vão perdendo legitimidade de sujeitos, até virarem *abjetos*.

Dentro dessa premissa, reafirmada por poderes e saberes com autoridade e legitimidade, emergem agentes sociais produtos dessas reiteraões e produtos da dissidência dessa norma, como os *abjetos*. Butler coloca o poder da linguagem e do discurso como produtores e possíveis transformadores de normas regulatórias – aqui no caso do sexo e da materialidade dos corpos. Assim, a questão não seria como o gênero é construído através de uma certa interpretação do sexo, mas “através de que normas regulatórias é o próprio sexo materializado? E por que é que tratar a materialidade do sexo como um dado pressupõe e consolida as condições normativas de sua própria emergência?” (BUTLER, 2000, p. 118).

Butler e Scott, ao questionarem o estabelecimento de normas irrefutáveis dentro das ciências humanas, afirmam que essas mesmas normas continuarão normalizando se não forem frequentemente questionadas. Reafirma-se a norma regulatória do sexo a cada uso irresponsável que fazemos ao não localizarmos temporal e espacialmente os sujeitos históricos que analisamos e estudamos. Assim, torna-se imprescindível analiticamente a inserção de marcadores como os de raça, etnia, classe, território, gênero e sexo em nossos escritos, mas não como simples enfeites nos nossos longuíssimos textos, mas como holofotes políticos de novas construções de corporalidades. Mas me pergunto, como escapar dos anacronismos e dos essencialismos ao usarmos essas categorias? Como realizar a quebra epistemológica do corpo como produto de normas e discursos? Como escrever uma história em que o corpo precisa ser constantemente localizado e demarcado com a emergência de muitos atravessamentos identitários? De que formas o corpo pode reinventar verdades sobre ele mesmo?

Esses questionamentos levaram-me a estudar uma nova perspectiva dos corpos, a brecha para uma análise discursiva e materializada: o corpo pós-pornográfico e a potência do corpo pornoterrorista. Essas novas rupturas partem de discussões teóricas *queer* e transfeministas, nas quais o corpo é o centro potencializador para repensar os comportamentos normalizadores, categorias, identidades pré-estabelecidas, propiciando – por meio de práticas sexuais não-heterossexuais – a desterritorialização dos conceitos de natureza, sexo, gênero, sexualidade, heterossexualidade, feminilidade, masculinidade, mulher e homem como verdades inquestionáveis; e a emergência de sujeitos conscientes do seu corpo como arma política dissidente.

3 - “Gozo como arma política” – A biopolítica do sexo

Aqui explorarei os conceitos de pós-pornografia e pornoterrorismo como prática e discurso do corpo político, maquinizado, potente e desconstrutor de predefinições. A

abordagem teórica usada para a análise emerge das discussões *queer* e transfeministas apresentadas aqui nos escritos de Donna Haraway (1995) sobre o *sujeito cyborg* e Paul B. Preciado (2014) no *Manifesto Contrassexual*. Estas obras são produto e produtoras dos movimentos pornô-ativistas, e fundamentais para entendermos como estas práticas atravessam e constroem novos sujeitos conscientes da performatividade e materialidade dos seus corpos dentro de uma sociedade hegemonicamente heteronormativa. Para desenrolar essas discussões sobre as práticas pós-pornográficas utilizaremos como pano de fundo o conceito de Dispositivo da Sexualidade (FOUCAULT, 2011). Este conceito possibilita o entendimento micro e macropolítico empregado aos corpos sexualizados dentro de um sistema de governabilidade, visibilizando como o poder-saber determina certas verdades axiomáticas sobre os sujeitos. O pós-pornô e o pornoterrorismo reutilizam o dispositivo da sexualidade capturando seus códigos e verdades, subvertendo-os e desterritorializando-os, como no caso da pornografia hegemônica. Para entendermos esta relação do dispositivo com a reapropriação do mesmo por esses movimentos, analisaremos os conceitos trabalhados por Paul. B. Preciado de tecnologia e farmacopornografia, que dão visibilidade à reviravolta epistemológica da ótica do corpo na contemporaneidade.

3.1 - Pós-pornografia e pornoterrorismo

Início esta abordagem frisando que a categoria de pós-pornografia é multiplural e indefinida, porém para que haja uma análise possível dentro da proposta acadêmica deste texto exibo o pós-pornô como um convite, uma proposição, apocalipse de subversão orgástica, incitação à fabricação e reciclagem de corpos/desejos e imaginários sexo-políticos.

A pós-pornografia insere-se como movimento heterogêneo onde florescem criações de todos os âmbitos, tanto obras literárias (livros, zines, revistas, blogs etc.); performances artísticas (corpos travestidos, performatividade ativista *queer*, pornoterrorismo, BDSM [práticas sexuais relacionadas a *Bondage*, Dominação, Sadismo e Masoquismo], ações na rua etc.) quanto audiovisuais (sites, curtas, filmes *cyborg*, filmes para mulheres, pornô-*queer*, jogos online etc.).

O propósito do pós-pornô, como devir experimentador, é o de reapropriar os códigos audiovisuais e subverter a ação dos corpos apresentados na pornografia comercial. Retirar do centro da produção cinematográfica o homem heterossexual, tanto como praticante do sexo filmado quanto como detentor dos meios de filmagem. A câmera que captura a cena é retirada das mãos homem-cisgênero-branco-heterossexual, visando assim a possibilidade de uma

produção audiovisual com fins não lucrativos, abrindo brecha para reflexões teórico-políticas sobre como e quais corpos são desejantes e desejados dentro do sistema *heterocisnormativo* capitalista.

A pós-pornografia tem por base o desvio, o boicote, a expropriação e recriação de corpos, desejos, práticas sexuais e afastar da sexualidade ações heteronormativas. Ingerir pequenas doses virais de potencialidade para transformar o imaginário sexual. O processo pós-pornô é contínuo, localizado e aberto. Pode ser entendido como um código de apropriação que sempre está livre para o acesso de corpos que queriam subverter a ordem, corpos considerados indignos, de desejos diagnosticados. Corpos que se entendem como experimento e não como resultado. O pós-pornô é o chamado da matilha de lobxs selvagens que negam a domesticidade da fêmea (SEXXXUALES, 2012); das putas marginalizadas que tem plena noção do valor da sua máquina corporal (DESPENTES, 2016); dxs infectados, anormais, doentes, tortos que foram – desde seu nascimento – diagnosticados como “abjetos” sem cura, que potencializam seus “defeitos” destruindo os códigos fechados da sexualidade normativa⁷; da manada *queer* e transfeminista em fúria de lésbicas, mulheres, bichas, translésbichas, viadas, machorras, homens sem pinto, mulheres sem útero, assexuados, pansexuais, sapatonas, não-binários, gordxs, negrxs e todes aqueles que são demônios em terra de Deus. Abram-se os portões do inferno: a cada hormônio ingerido, um código que se rompe.

As práticas pós-pornográficas vão além da sala de filmagem, possibilitam – como havíamos dito antes – multi formas de sentir e fazer pós-pornô. O pronoterrorismo faz parte desse compilado de códigos que desafiam a sexualidade heteronormativa, porém de uma forma mais exposta que as outras ramificações do pós-pornô, este fazer-se encontra-se na *rua* do corpo.

O pornoterrorismo surge na Espanha - mais especificamente em Barcelona nos anos 90 - em uma cena anarcopunk e transfeminista⁸. Germinando de movimentos transgêneros e sem rótulos, o desafio era denunciar as únicas formas de existência dos sujeitos (homem e mulher) no maior palco possível: a rua. Aqui a pós-pornografia floresce como campo de batalha da sexualidade. As motivações pornoterroristas de cunho libertário anarquista geralmente são trabalhadas com o ideal do choque, do atentado, do terrorismo, da infecção. Perguntar-se *o que me aterroriza? O que me causa horror?* As respostas são as próprias ações nas ruas, onde o

⁷ Reapropriação de xingamentos, palavrões destinados a ofender e reutilizados simbolicamente como categorias estrategicamente políticas de identificação.

⁸ Transfeminismo é um movimento singular da Espanha que defendem a luta das mulheres, dos transsexuais, das prostitutas, dos descapacitados. Relaciona-se com a teoria *queer* e com movimentos sociais políticos.

corpo visto como frágil (no caso dxs trans, da mulher, do homossexual, da lésbica) desloca o esperado e encontra-se forte, monstruoso e fluido. Mostrando que violento não é um corpo nu e sangrando em via pública, mas sim a imposição machista e heteronormativa da sociedade.

Ao praticar as ações na rua, os pornoterroristas inserem ao debate da pós-pornografia e a quebra da dicotomia público e privado os usos do BDSM e a visibilidade impositiva dos corpos-granadas. Corpos que estão dispostos a denunciar a brutalidade das práticas sexuais e da sexualidade dominante em via pública. As práticas pornoterroristas também são um convite, ou seja, qualquer um pode ser pornoterrorista, basta ir à rua testar as formas que o corpo possui, enquanto arma política, a fim de denunciar violências.

A utilização de diversos instrumentos e acessórios faz parte das ações e práticas sexuais pós-pornográficas, como por exemplo, próteses, penetração com dildos, penetração com vegetais, jogos sadomasoquistas, masturbação pública, cortes e sangramentos corporal em público.

Além de repensar o corpo como instrumento político, o pós-pornô também questiona os espaços destinados ao sexo e à sexualidade. A arquitetura é uma das tecnologias produtora de corpos (PRECIADO, 2015). Quando dizemos “vamos para cama”, estamos recortando o espaço propício ao sexo – entre quatro paredes na harmonia controlada do lar. Pensar a arquitetura também é tensionar todos os espaços políticos (privados ou públicos) que o nosso corpo circula e é circulado: escolas, hospitais, motéis, praças, parques, banheiros, museus etc. – ou seja – instituições e locais de poder, de controle, de materialização de corpos. Por essa razão, as práticas pornoterroristas geralmente acontecem nas ruas, shoppings, espaços de lazer públicos. Onde corpos nus chocam mais do que a fome dos moradores de rua.

Destaco que é importante falar de *situacionalidade* (HARAWAY, 1995), pois estamos falando de recortes temporais, sociais, espaciais em contextos diferentes com corpos diferentes. A localização de cada corpo em suas vivências é o que solidifica a pós-pornografia como contestação social da sexualidade. Esclareço a existência situada de reivindicações e marcadores distintos em cada espaço onde florescem as práticas de insurgência pornográfica. Apresento aqui a pós-pornografia e o pornoterrorismo na Espanha, especificamente em Barcelona. Nesse caso, as denúncias sobre o corpo, por exemplo, não pautam a problematização do racismo, ou a luta dos corpos não-brancos. No Brasil, essa acusação existe, como, por exemplo, nas performances do grupo Coyote⁹, nos debates e produções cinematográficas da

⁹ Endereço eletrônico do Coletivo Coyote. Disponível em: <<https://monstruosas.milharal.org/tag/coletivo-coiote/>>. Acesso em: 27 abr. 2019.

Monstrash (Mostra Nômade sobre Transgeneridades e Sexualidades Hediondas)¹⁰, e nas facadas orgásticas de Bruna Kury¹¹.

O pós-pornô brota no mundo com pelos menos dois pontos de partida (ramificações variadas, dependendo *de quem vê* e *como vê*): reapropriação dos códigos audiovisuais pornográficos para reprogramar corpos potentes e cientes do poder da sexualidade, transformando o desejo em desejos estrategicamente políticos distantes da *heterocisnormatividade* elitista e branca; e a descentralização teórica e ontológica de uma epistemologia dominante, abrindo a brecha conceitual para desterritorializar as práticas e formas de pensar naturalizadas, e transformá-las em códigos e tecnologias de um pensar estratégico, situado e político.

3.2 - O dispositivo e a farmacopornografia

O Dispositivo da Sexualidade formulado por Michel Foucault é um conceito complexo, ramificado e multi-operatório. Nesta parte iremos inserir brevemente o conceito foucaultiano para entendermos como o pós-pornô reapropria os códigos e discursos que este dispositivo traça como verdadeiros.

Foucault (2011), na História da Sexualidade, trabalha com a transição do século XVII para os séculos XVIII e XIX, entendidos pelo autor como a Era Vitoriana. Foucault analisa a ascensão da burguesia capitalista e higienista ao poder e os meios discursivos e institucionais que passam a sustentá-la, como por exemplo, os saberes médicos, jurídicos, familiares, religiosos, científicos etc. Essas ramificações do poder hegemônico produzem verdades legitimadoras e, por meio dessas premissas, disciplinam e controlam os corpos sociais; fábricas, hospitais e escolas são espaços destinados à disciplinarização. Apresenta-se aqui um conjunto heterogêneo de produção e controle de corpos, de modos de ser e da população. Dispositivo é o nome dado a essa série de códigos, discursos, instituições, organizações arquitetônicas, leis e regulamentos médico-científicos. O que é pronunciável e o que é silenciado. O visível e o invisível.

O Dispositivo da Sexualidade é o nome referido à ideia de sexualidade criada pelo saber psiquiátrico no século XIX. Esse mecanismo do poder - inicialmente Dispositivo de Aliança - passa a controlar os corpos “normais” e os “anormais” por meio da família e dos poderes

¹⁰ Página no Facebook do coletivo Distro Dysca, que organiza a Monstrash. Disponível em: <<https://www.facebook.com/distrodysca/>>. Acesso em: 27 abr. 2019.

¹¹ Desaquecida sobre Bruna Kury. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=3-axyS8ynvM>>. Acesso em: 27 abr. 2019.

institucionais médicos, jurídicos e escolares. O núcleo familiar é o espaço onde o dispositivo da sexualidade nasce e se fortalece... Longe da cama dos pais. Com a inserção da psiquiatria no século XIX, surgem os desviantes do dispositivo da sexualidade. Novos personagens, como afirma Foucault, entram em cena para serem diagnosticados. Para entendermos melhor como funciona o dispositivo da sexualidade, é de extrema importância expor a relação de saber-poder que esse código exerce.

Para Foucault, o poder é uma série de pressões que acontecem em todos os setores sociais. Sua abordagem nunca é central – como se imagina quando falamos em poder – mas capilar e móvel, molda-se constantemente através das relações que o atravessam. Essas relações, de acordo com o autor, são eminentes e intrínsecas à economia, política e cultura - são relações sociais que circundam todos os níveis espaciais das relações humanas, da macropolítica à micropolítica.

Além disso, o autor apresenta a noção de poder-saber, explicando que o poder ganha força correlacionando-se com o saber – série de conhecimentos – legitimando-se, assim, por meio de discursos e práticas ditas verdadeiras no meio social. Por exemplo, o poder científico junto do saber médico e jurídico determinam o “sexo” dos sujeitos quando nascem, e o retifica pelo resto de suas vidas. Porém, as relações de poder têm, essencialmente, o papel de produtor: “As relações de poder não estão em posição de superestrutura, com um simples papel de proibição ou de recondução; possuem, lá onde atuam, um papel diretamente produtor” (FOUCAULT, 2011, p. 104). A partir da premissa das relações de poder, o autor traça a ideia de correlação de forças com a frase “onde há poder, há resistência” (FOUCAULT, 2011, p. 106). As resistências, então, devem ser usadas no plural, assim como o poder, e são entendidas como desvios sempre fadados à derrota, para que essa ideia de correlação permaneça. Essa dualidade rizomática não deixa subentendido que todo o levante ou desvio será levado à inexistência, mas que, se por um momento o desvio tornar-se existente, já não é mais desvio e outras resistências entrarão em conflitos sucessivos com os poderes. A ideia não é a negação das possibilidades do desviante, mas a existência desse dualismo permanente em toda a escala sócio-política.

O dispositivo da sexualidade nos auxilia a entender o controle da vida por meio dos corpos na Biopolítica, ou seja, a governabilidade do sujeito político moderno. A Biopolítica seria o controle sobre a vida e morte da população em um sistema disciplinatório. O conceito de Dispositivo da Sexualidade e a ideia de Biopolítica da população de Foucault dão sustentação para penetrarmos o mundo plástico de Paul B. Preciado. Para o autor transgênero, desde a Segunda Guerra Mundial a forma de produção e controle capitalista dos corpos já não se

concretiza por meio da disciplina e nem da biopolítica, mas sim pelos códigos tecnopolíticos do sistema farmacopornográfico – assim, Preciado intensifica o conceito, não o descarta.

A farmacopornografia seria o regime pós-industrial, global e midiático - governado pelos processos de controle biomoleculares (consumo de fármacos) e semiótico-técnico (consumo de imagens pornográficas). A farmacopornografia teria suas raízes na sociedade científica e colonial do século XIX, emergindo e materializando-se nos períodos da Segunda Guerra Mundial e Guerra Fria, nos anos 70. Hoje, seria, segundo Preciado, a ferramenta máxima do sistema capitalista “O verdadeiro motor do capitalismo atual é o controle farmacopornográfico da subjetividade” (PRECIADO, 2008, p. 36). O regime citado tem como fortalecedor a psicologia, a sexologia e endocrinologia, transformando conceitos como o de psiquismo, de libido, de consciência, de feminilidade e masculinidade, heterossexualidade e homossexualidade “em realidades tangíveis, em substâncias químicas, moléculas comercializáveis, corpos, biótipos humanos, em bens de troca de gestão por multinacionais farmacêuticas” (PRECIADO, 2008, p. 32).

O autor acredita que o regime farmacopornográfico regula os corpos de uma forma molecular, pois, diferentemente do modelo disciplinar das fábricas e docilização dos corpos, esse novo processo de regulação populacional dar-se-ia pelo *fazer-se ingerir* o controle, ou melhor dizendo: a construção de desejos, corpos, sexualidade, vontades e excitações seria controlada por uma rede sintética e plástica de remédios, hormônios, bulas, comprimidos, imagens propagandas etc. Para o autor, essa seria a nova biopolítica dos corpos, agora chamada tecnopolítica dos tecnocorpos:

o verdadeiro motor do capitalismo atual é o controle farmacopornográfico da subjetividade, cujos produtos são a serotonina, a testosterona, os antiácidos, a cortisona, os antibióticos, a estradiol, o álcool e o tabaco, a morfina, a insulina, a cocaína o citrato de sildenafil (Viagra) e todo aquele complexo material-virtual que pode ajudar a produção de estados mentais e psicológicos de excitação, relaxamento e descarga, de onipotência e de total controle. [...] São hoje o principal recurso do capitalismo pós-fordista (PRECIADO, 2008, p. 36-37).

O que nos interessa nas formulações de Preciado é o quanto esses códigos e dispositivos da farmacopornografia contemporânea podem ser reapropriados e desviados por corpos ditos “anormais”. Segundo o autor, o desvio realiza-se dentro da própria lógica do sistema – como adverte Foucault sobre as relações de poder e resistência – na qual os códigos de subversão estão livres e abertos, por exemplo, no caso de uma pessoa assignada homem ao nascer, mas que, com o passar dos anos, não se sente confortável dentro dessa categoria, usa-se da liberdade de ir a uma farmácia e comprar uma cartela de pílulas anticoncepcionais e aos poucos ir reapropriando códigos de feminilidade que o seu corpo não tinha “permissão” para acessar e

performar. Mas o autor também sinaliza que as moléculas ditas “femininas” como o estrogênio têm mais acesso comercial do que as “masculinas”, caso da testosterona. Essa seria uma notável forma de controle do corpo da mulher, regulando-o mensalmente através de um panóptico de 28 pílulas. Em última instância, os corpos “femininos” não têm a mesma equidade de acesso hormonal que os “masculinos”.

Preciado também cria categorias para nos referirmos aos sujeitos sociais, a partir da farmacopornografia que se afasta da natureza, os homens e as mulheres teriam uma nova denominação: bio-homens e bio-mulheres. O bio seria o marcador de que estas categorias são invenções biopolíticas e não “naturais” como pensamos.

3.3 – *Destruindo a natureza*

Para compreendemos melhor o pensamento de Paul B. Preciado, devemos nos debruçar um pouco sobre o conceito, também formulado pelo autor, de *tecnologia* como potência para descentralizar o protagonismo essencialista da categoria de “natureza”. O autor problematiza o uso do conceito “natureza” para trabalharmos as recentes emergências globais e cibernéticas, e questiona os binarismos produzidos e reproduzidos pelas ideologias essencialistas e construtivistas científicas ao não indagar a construção histórica do termo e não refletir sobre sua contínua utilização na atualidade; no qual o corpo e a máquina formam as mesmas bases ontológicas, inseridos dentro de um novo sujeito: o *cyborg*. Por essa razão, compreender o sexo e o gênero como tecnologias, para Preciado, faria com que esta naturalização - de um em relação ao outro - não existisse, permitindo que os códigos de produção dessas categorias fluíssem de maneira orgânica, possibilitando a emergência - dentro da linguística e da história das ciências humanas - de outros corpos não enraizados neste dualismo moderno.

O conceito de tecnologia tem poder discursivo quando afasta do corpo a “impossibilidade de ser” que estaria marcada pela natureza que determina a “possibilidade de ser uma coisa”. Através da tecnologia, dos códigos, abre-se possibilidades de construção histórica dos corpos, dizimando naturalizações. Sendo assim, a subversão e a reapropriação desses códigos pelos corpos não categorizados como “naturais” emergem com a mesma legitimidade ontológica.

A questão da tecnologia realiza a descentralização do conceito de natureza e possibilita a compreensão de processo de produção e reprodução dos corpos sociais e sexuais – através de dispositivos que controlam o discurso sobre o sexo e a sexualidade. Essa nova categoria

propicia a visibilidade histórica da construção de códigos de naturalização, afastando dos discursos políticos e materializadores da epistemologia categorias fechadas, fixas e a-históricas.

3.4 - *Ejaculando com próteses e uma máquina*

Donna Haraway e Paul B. Preciado constroem seus escritos na figura de duas metáforas, uma é a do *cyborg* (Haraway), e a outra, da *sociedade contrassexual* (Preciado). Dessas duas metáforas parte a crítica máxima à noção de natureza e à possibilidade teórica de descentrá-la, oportunizando a emergência de corpos textualmente e materialmente desviantes da *heterocisnormatividade*.

Haraway (2000, p. 2) publicou o catártico *Manifesto Cyborg*, no qual apresenta o mito do sujeito *cyborg*: “é um organismo cibernético, um híbrido de máquina e organismo, uma criatura de realidade social e uma criatura de ficção”. Ou seja, o *cyborg* - além de ser uma metáfora das ficções científicas - é também a visibilidade da transmutação bioquímica dos corpos do final do século XX e do século XXI, possibilitando a ruptura epistemológica de categorias axiomáticas.

A autora sinaliza essa fragmentação do sujeito-homem ocidental através de “três quebras de fronteiras cruciais, as quais tornam possível a análise político-ficcional (político-científica)” (HARAWAY, 2000, p. 4-5). A primeira fronteira, entre humano e animal, “está completamente rompida” (HARAWAY, 2000, p. 4-5). Construída sobre a ideia de superioridade humana em relação aos outros animais, estaria fragmentando-se devido à ascensão jurídica de direitos e leis em benefício de alguns animais. Essa fronteira coloca em xeque a natureza humana como única produtora de cultura, diminuindo a distância entre duas categorias humano/cultura e animal/natureza. A segunda seria a fronteira, como afirma a autora, mais propícia a vazamento: a proximidade do humano/animal *versus* a máquina. Com a possibilidade da maquinização do corpo por meio de chips, próteses, implantes, cirurgias e a incorporação de produtos sintéticos e químicos essa fronteira é difundida no *cyborg*. A terceira seria uma quebra de fronteira derivada da segunda: a fragmentação do físico e do não-físico. Essa fronteira rompe a ideia espacial e temporal do presente, e atravessa nossos corpos com a possibilidade não-física de estarmos conectados com outros corpos através de aparelhos e ondas magnéticas:

o chip de silício é uma superfície de escrita; ele está esculpido em escalas moleculares, sendo perturbado apenas pelo ruído atômico – a interferência suprema nas partituras nucleares. A escrita, o poder e a tecnologia são velhos parceiros nas narrativas de origem da civilização, típicas do Ocidente, mas a “miniaturização mudou nossa percepção sobre a tecnologia” (HARAWAY, 2000, p. 7).

A figura do *cyborg* representa a temporalidade fluida, aberta e reprogramável da aceleração do tempo; e a ruptura com a natureza humana onde imperava o protagonismo mascarado de neutralidade do sujeito universal, homem, cisgênero, branco, heterossexual. Como Haraway ironicamente descreve, o *cyborg* é um corpo conscientemente político, que age a partir dessa premissa de comprometimento: com a parcialidade, a ironia e a perversidade. Ele é oposicionista, utópico e nada inocente (HARAWAY, 2000, p. 3). Parte da incorporação da máquina deslocando do centro do seu corpo o sexo, passando a ter não dois sexos, mas milhares de implantes, hormônios, peças, gêneros.

Já a contrassexualidade - apresentada por Preciado na alegoria da sociedade contrassexual - é a incitação ao desvio das normas e comportamentos *heterocentros*. Preciado acredita que o corpo é um “texto socialmente construído, um arquivo orgânico da história da humanidade como história da produção-reprodução sexual” (PRECIADO, 2014, p. 26). Por meio do sistema de sexo/gênero se estabilizam corporalidades naturalizadas, fazendo com que os corpos que não se enquadram nesse sistema binário sejam “sistematicamente eliminados ou riscados” (PRECIADO, 2014, p. 26). Sendo assim a contrassexualidade tem a tarefa de enunciar esses espaços errôneos e invisíveis da produção de corpos sexuais e trazê-los para o centro do discurso.

O autor não nega a existência e a permanência das categorias de sexualidade que já existem, como a heterossexual, mas afirma que devemos colocá-las em evidência, retirando-as do centro, e fazendo com que as tratemos como tecnologias inventadas e não como potências espontâneas e instintivas dos corpos.

Para sinalizar o deslocamento do sexo e da sexualidade hegemônicas, o autor expõe alguns usos descentralizadores do corpo como potência subversiva, por exemplo: uso do ânus como novo centro democrático de excitação e prática sexual; performatividade e materialidade da transexualidade; experiências com dildos; BDSM e práticas sadomasoquistas não patologizadas.

O USO POLÍTICO DO ÂNUS: O ânus como o centro erógeno universal não ligado a papéis de gênero, ou seja, todos temos ânus e por isso ele toma um lugar democrático em relação aos outros locais de excitação corporais; lugar de passividade aberto a produção de novos prazeres e desejos por não ser reconhecido diretamente como ponto de excitação; e por último, o ânus é um espaço livre da reprodução (diferentemente dos órgãos genitais) e, distante da romantização do sexo. O ânus é a brecha corporal para a desnaturalização do sexo.

A PRÁTICA SEXUAL COM DILDOS: Preciado teoriza toda a sua obra em relação a descentralização do pênis heterossexual e a utilização plástica do dildo, enfatizando a crítica de

Butler em relação às feministas anti-dildos, traçando um paralelo analítico na ligação do discurso das mesmas e dos discursos de homofóbicos: “todo o sexo fático é hétero e todo sexo hétero é fático” (BUTLER apud PRECIADO, 2014, p. 77). Para o autor, dildo – que seria um órgão, uma prótese, um objeto, uma paródia – desestabiliza completamente a figura do pênis como natural, sendo assim, tem a potencialidade tecnológica de tirar do centro do prazer sexual o pênis heterossexual.

A EXPERIÊNCIA TRANSEXUAL: A transexualidade como performance e como materialidade também compõe a contrassexualidade. O autor afirma que as práticas performáticas de travestimento como Drag Queen (homens que performatizam mulheres); Drag King (mulheres que performatizam homens), partem da premissa que a reapropriação dos códigos de gênero impostos são experiências abertas e fluidas para o uso dos corpos. A materialidade do sexo, como no caso das pessoas transexuais, travestis e intersex, também alimenta a sociedade contrassexual pelo posicionamento de *abjetos* que tomam dentro do sistema *cisheteronormativo* - sendo corpos potencialmente desviantes dentro dessa norma - mas epistemologicamente existentes dentro da lógica contrassexual, na qual os códigos de sexo/gênero estão abertos para o uso dos “corpos falantes”.

BDSM E PRÁTICAS NÃO PATOLOGIZANTES: BDSM (*Bondage*, Disciplina, Dominação, Submissão, Sadismo e Masoquismo) são práticas sexuais performáticas que têm o objetivo de descentrar a dor como uma sensação ruim e colocá-la em relação ao prazer. Para Preciado, as práticas BDSM são formas de resistência à normatividade do sexo romântico, “as experiências sadomasoquistas apropriam-se de tecnologias de repressão/produção para as transformarem em tecnologias de resistência através do controle da dor e do prazer” (PRECIADO, 2014, p. 80).

Essas estratégias sexuais também fazem parte de práticas de cortes corporais, sangramentos propositivos e sangramentos orgânicos (menstruação, ferimentos já existentes), marcas (com ferro em brasa), escarpelização (abertura de buracos no corpo, nas orelhas), formatação do corpo (utilizando corpetes), mutilação e outras formas de levar o corpo aos seus limites.

As práticas contrassexuais e a metáfora do sujeito *cyborg* são referências às ações pós-pornográficas e pornoterroristas do uso do corpo. Ler e entender a sexualidade, sexo e gênero como um texto construído politicamente por meio de reapropriações dos códigos de naturalização heterossexuais, é a possibilidade de transformar o discurso das práticas sexuais em uma ferramenta ontológica de produção teórica sobre o corpo. O processo de ruptura frenética das naturalizações normativas do sistema pode ser encontrado na Espanha, mais

especificamente em Barcelona, nas performances de três grupos: Post-Op, Quimera Rosa e Diana Pornoterrorista.

4 – Corpo em fúria: práticas pós-pornográficas e pornoterroristas na Espanha

O recorte usado para apresentar as práticas pós-pornô e pornoterroristas dos grupos seguirá a lógica das teorias já apresentadas: sujeito *cyborg*, as práticas contrassexuais, uso de dildos, experiências transexuais e BDSM.

4.1 - Espanha: a multidão transfeminista

O transfeminismo surge na Espanha após intensa organização e articulação de grupos minoritários (gays, lésbicas e transgêneros) que reivindicavam espaço no movimento feminista entre os anos 70 e 80. A nomenclatura transfeminista também sinaliza o afastamento do inglês *queer* (termo com uso pejorativo direcionado a comunidade gay estadunidense e reapropriado como identidade política), aproximando o conceito de forma palpável e tangível à realidade espanhola. Surge, também, em meio a esse contexto transfeminista, a luta pela não-vitimização da prostituição, pela possibilidade de uma outra pornografia, pela visibilidade do corpo gordo, incapacitado, marginalizado, mas principalmente, situa o feminismo como movimento que deve abarcar práticas e pluralidades abrangentes dos códigos de sexualidade.

A análise de Preciado sobre a emergência *transfeminismo/queer* na Europa ajuda a entendermos o caminho traçado pela pós-pornografia espanhola. O autor esclarece que os grupos *queer* europeus nasceram da aproximação de grupos periféricos transgêneros com teorias anarquistas, colocando em evidência a desontologização de identidades fixas, fazendo visíveis – não mais identidades como gays, lésbicas, homossexuais – uma *multidão queer* (PRECIADO, 2003) identificada estrategicamente com denominações fluidas.

A pós-pornografia faz parte do cenário da *multidão queer* ao reapropriar os códigos da pornografia convencional, aproximando do feminismo a possibilidade de uma nova produção pornográfica de sexualidade. Construindo outras formas de desejo e de corpos desejáveis ao colocar em cena a multidão sexual de bichas, sapatões, viadas, transgêneros e interináveis identificações políticas. A *multidão queer* faz-se na apropriação das disciplinas de saber/poder sobre os sexos, na rearticulação e no desvio das tecnologias sexopolíticas específicas de produção dos corpos “normais” e “desviantes” (PRECIADO, 2010, p. 5).

4.2 – Post-op: a máquina incapacitada

O coletivo Post-Op acredita que o espaço da rua é intrinsecamente político e potencialmente terrorista pois rompe com a lógica do “destinados ao sexo”, sendo o palco primordial de ações: “vimos necesario llevar al espacio público [...] todas esas inquietudes respecto al sexo, al genero y a la pornografía. [...] Creemos también que la irrupción en el espacio público es un cambio que nunca debemos abandonar” (POST-OP, 2013, p. 205).

A base de estudos do coletivo é a metáfora do sujeito *cyborg*, na qual fios, eletricidade, choques, explosões, chips e placas metálicas representam corporalidades abertas, desejos e sentires. Por meio desse novo organismo-máquina - que foge completamente da estética humana - faz-se a crítica de forma direta às categorias de gênero, raça e classe, possibilitando reinventarmos práticas sexuais hegemônicas: “el personaje cyborg que escapaba totalmente de las categorías de sexo, género, raza y normalidad corporal. Imposibles de leer como hombres ni como mujeres, ni siquiera como humanos” (POST-OP, 2013, p. 189). Além do *cyborg* outras práticas comuns da pós-pornografia são usadas de forma localizada e apresentando reivindicações necessárias ao grupo no momento das ações: “prácticas bastante bizarras que incluían bdsm, utilización de prótesis, personajes mutantes, ciborg, estética ciber-punk o sexo en público” (POST-OP, 2013, p. 197). O Post-Op, em seus escritos, reforça a ideia de que suas práticas condizem com o feminismo transfeminista e que, a partir dele, abre-se espaço para falar de pornografia, prostituição, de possibilidades corporais:

para nosotras el posporno es intrínsecamente feminista o, más aun, intrínsecamente transfeminista, porque ya sabemos que feminismos hay muchos y nosotras partimos de un feminismo prosexo y de un sexo político que va más allá de la categoría mujer (POST-OP, 2013, p. 197).

O coletivo tem a finalidade contínua de “poner el cuerpo para hacer deseable lo invisible. El deseo es algo construido, construyamos otros deseos que rompan con las categorías de sexo, género y normalidad corporal” (POST-OP, 2013, p. 197). Trabalham principalmente com a possibilidade de corpos diagnosticados como “deficientes” enquanto corpos desejáveis e desejanter, pondo em xeque perspectivas médicas. Através desse impulso, o Post-Op realizou uma oficina pós-pornô em 2003 chamada: *Yes, we fuck!*¹². A ideia da oficina era possibilitar que corpos com diversidade funcional entendessem e produzissem sexualidades novas através dos estímulos corporais, sonoros e sensoriais.

No podemos hablar del cuerpo cuando no se están dando las mismas posibilidades para todxs [...] nuevos imaginarios y practicas a la sexualidad propiciando una visión positiva de la diferencia. [...] Si queremos ampliar imaginarios debemos generar un

¹² Endereço eletrônico da Post-Op. Disponível em: <<http://postoppostporno.tumblr.com/>>. Acesso em: 27 abr. 2019.

porno más allá de la mirada: un porno sonoro, un porno táctil... un porno pensado para cuerpos con capacidades sensoriales muy diversas (POST-OP, 2013, p. 202).

A máquina incapacitada do Post-Op flerta com travestimento, com jogos BDSM, dildos, *cyborgs* e com a explosão orgástica de multipossibilidades de ver, entender e fazer sexo.

4.3 – *Quimera Rosa: o híbrido pós-pornô*

Quimera Rosa é um “laboratório de experimentação” iniciado por um casal de pessoas descontentes com o fato de que suas práticas sexuais aconteciam na tranquilidade da vida privada, motivo pelo qual decidiram torná-la pública. Leitores de Donna Haraway, suas performances, vídeos, ações, fotografias e escritos são fundamentados nas teorias do *cyborg*, de um ser híbrido não-naturalizado:

desde una perspectiva transdisciplinar queremos desarrollar prácticas productoras de identidades cyborgs y no naturalizantes. Partimos de la noción de cyborgs desarrollada por Donna Haraway, quien los define como quimeras, híbridos teorizados y fabricados de máquina y organismo¹³.

Partem de uma perspectiva de discursos transfeministas e pós-estruturalistas para questionar o corpo e as práticas heteronormativas. A Quimera identifica-se como processo criativo e artístico, transformando o sexo e a sexualidade nos centros de suas obras de arte: “somos quimeras y las quimeras existen. Mezcla de carne, plástico, datos, moléculas, silicona, máquina... Nuestra naturaleza es la prótesis”¹⁴. Questionam a hegemonia da pornografia e acreditam que as ações artísticas e laboratoriais na rua possibilitam a representatividade de corpos desviantes: “una realidad vivida; hacerla visible y darle espacio a sexualidades no representadas por el imaginario dominante”¹⁵.

Além das práticas *cyborgs* e da criação artística, as quimeras entendem a sexualidade como motor de novos afetos e desejos pós-apocalípticos, no qual todos já são máquinas antissistêmicas:

hibridación cuerpo/máquina/entorno [...] mediante la incorporación de dispositivos electrónicos conectados al cuerpo mediante técnicas BDSM y el uso de las propiedades electro-químicas de ciertos elementos. [...] Experimentando identidades trans-género y buscando realidades postgénero, representamos nuestra sexualidad para crearla. Buscamos, dildos em mano, vías para desdijuar una larga lista de binomios: hombre/mujer, homo/hetero, natural/artificial, normal/anormal, público/privado, representación/vida. Y, mientras existen estos binomios, seguiremos reconociéndonos como anormales para así, poder seguir viviendo¹⁶.

¹³ Endereço eletrônico da Quimera Rosa. Disponível em: <<http://laquimerarosa.blogspot.com/>>. Acesso em: 27 abr. 2019.

¹⁴ Ver nota 11.

¹⁵ Ver nota 11.

¹⁶ Ver nota 11.

4.4 - Diana Torres: a poetisa pornoterrorista

O pronoterrorismo é um conceito batizado por Diana Torres em 2001 e uma arma de guerra, um código aberto e livre para acesso de todos aqueles que repudiam a *heterocisnormatividade*. “El pornoterrorismo es una forma de insurgencia, divergencia, contra hegemonía, subversión, una insurrección sexual, y una objeción de género [...] es una estrategia artistico-política para hacer de nuestros cuerpos la mejor arma” (TORRES, 2011).

Diana Torres é a figura central do Pornoterrorismo: poetisa, performer e terrorista. Adverte que o pornoterrorismo não é uma caixa fechada pronta para virar objeto de estudo, mas sim uma eterna bomba relógio – fabricada por qualquer um – e pronta para estourar com a normalidade dos sexos:

el pornoterrorismo es libre, político y precario, aunque también puede devenir en el objeto de estudio de intelectuales e intelectualoides. No tiene telos ni líderes, ni subcomandantes, ni cuadros, ni autoridades, puesto que no es, en principio, mesiánico. Es un medio, no un fin. [...] No discute con su enemigo ni se defiende, simplemente ataca (TORRES, 2011).

O pornoterrorismo vem do berço da teoria *queer* e transfeminista, é herdeiro legítimo da pós-pornografia e das teorias *cyborg* e contrassexuais. Relaciona-se com a popularidade das ruas e com fundamentos anarquistas e punks da Espanha. Suas munições são sangue, orgasmo e choque, ou seja, o terror de corpos raivosos. Os pornoterroristas lutam pela produção de novos desejos e corporalidades, bem como pela demolição do sistema opressor de sexo/gênero por meio dos “dispositivos de fabricación de los géneros y así generar una contraproductividad desde el placer-sabiduría” (TORRES, 2011).

As práticas realizadas nas ruas traçam alguns caminhos de ações, como apontam os pornoterroristas no seu manifesto:

hasta ahora, la forma más común de representación del pronoterrorismo ha sido la performance escénica (también la acción callejera, el pornoasalto y los talleres) [...] como: poemas dichos con rabia; imágenes arretorizantes que produzcan choque [...] sexo en vivo [...] desde el fisting hasta la desgenitalización, pasado por la zoonecrofilia, los dildos, elementos del BDSM y del body art (flagelación, agujas, cortes, esfioxias, etc); fluidos e escatología (TORRES, 2011).

O pornoterrorismo é a incitação à violência realizada pela norma do sistema sexo/gênero aos nossos corpos e sexualidade, denunciando publicamente o inimigo, que é estatal, religioso e médico, proporcionando a construção de novas formas de desejo e prazer que dinamitam a sexualidade dominante. Essas práticas vislumbram as possibilidades de reapropriação dos códigos hegemônicos de sexualidade, desviando-os e produzindo outros tipos de desejos, corpos e realidades sexuais. A pós-pornografia e o pornoterrorismo são exemplos

de desontologização dos sujeitos homem e mulher, e a materialização evidente da desnaturalização do corpo, transformando-o em tecnologia potente e ontologicamente possível a diversas recriações e invenções.

Considerações finais

Concluo este trabalho com a sensação de que apenas vislumbrei faíscas dentre as muitas existentes no universo misterioso e nebuloso do corpo. Através da exposição histórica sobre as verdades produzidas e reproduzidas sobre o sexo moderno – discursos médicos, biológicos, anatômicos e sócio-políticos – introduzimos a importância de repensar e problematizar as produções discursivas essencializadoras e naturalizadoras, formuladas e legitimadas como verdades inquestionáveis e categorias estanques, como as de natureza, homem, mulher, heterossexual, homossexual, feminino, masculino, sexo, gênero, corpo, raça etc.

Por meio de potentes conceitos - como tecnologia, farmacopornografia, dispositivo, materialidade e ciborguismo – experienciamos vislumbrar a brecha teórica e metodológica para uma ruptura epistemológica das verdades sobre o sexo e a sexualidade. Penetrando, dessa forma, no mundo da pós-pornografia e do pornoterrorismo, onde corpos dissidentes e abjetos são centro da produção de novos desejos, imaginários, sexualidades que escapam da heteronormatividade, propiciando um deslocamento ontológico do corpo.

Para testar esse deslocamento, analisei as práticas sexuais utilizadas na pós-pornografia e no pornoterrorismo espanhol (Post-Op, Quimera Rosa e Diana Pornoterrorista), nas quais ações na rua ou em audiovisuais têm por finalidade a ausência do homem-cis-heterossexual, principalmente no que diz respeito à produção e filmagem das ações. Estas práticas, que reapropriam os códigos visuais da pornografia comercial, subvertem a normalidade através do: uso de dildos, desgenitalização do sexo, uso do ânus, práticas BDSM, transexualidade, afastamento das categorias homem e mulher etc. Esses coletivos demonstram que o corpo é um espaço político de intensa invenção e produção propícias para subverter códigos de sexualidade hegemônicos e desenraizar naturalizações.

As práticas pós-pornográficas e pornoterroristas nascem de uma relação dialética com as teorias *queer* e transfeministas. Teorias essas que pensam a ciência e sua escrita situada em tempo, espaço e privilégios que atravessam nossos corpos e os corpos de quem estamos nos referindo em nossas narrativas. Dessa forma, evidencia *o que é escrito por quem é escrito e como é escrito*, visibilizando marcadores corporais imprescindíveis, historicizando concepções

fixas e estanques como as de universalidade, unidade, progressividade, ou seja, conceitos que hegemonizaram e fixam ações de sujeitos particularmente diferentes e plurais.

Acredito que existiam dois objetivos na minha escrita: um deles era expor a construção histórica da diferença sexual entre homens e mulheres denunciando as essencializações e anacronismos produzidos por nós, historiadores, ao não historicizarmos categorias dadas, colocando-as na confortabilidade das naturalizações. O outro objetivo estava relacionado à potencialidade teórica das produções pós-feministas que descentram e deslocam o conceito de natureza, colocando-o como produto das próprias tecnologias do pensar, ou seja, historicizando-o e evidenciando-o como construção do processo discursivo moderno. Para traçar e unir esses dois objetivos, encontrei a brecha do corpo pós-pornográfico e pornoterrorista como produtor politicamente ciente do uso dos dispositivos da sexualidade para recriar, produzir e experimentar novas corporalidades e desejos, emergindo como concretude máxima da ruptura epistemológica sob a Natureza.

Referências bibliográficas

BUTLER, Judith. “Corpos que pesam: sobre os limites discursivos do ‘sexo’”. In: LOURO, Guacira-Lopes. *O corpo educado: pedagogias da sexualidade*. São Paulo: Autêntica, 2000. p. 110-127.

_____. *Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

DESPENTES, Virginie. *Teoria King Kong*. São Paulo: n-1 edições, 2016.

FAUSTO-STERLING, Anne. *Cuerpos sexuados. La política de género y la construcción de la sexualidad*. Barcelona, Editorial Melusina, 2006.

FOUCAULT, Michel. *História da sexualidade I: a vontade de saber*. Rio de Janeiro: Graal, 2011.

HARAWAY, Donna. “Manifesto ciborgue: ciência, tecnologia e feminismos-socialistas no final do século XX”. In: SILVA, Tomaz (Org.). *Antropologia do ciborgue: as vertigens do pós-humano*. Belo Horizonte: Autêntica, 2000. p. 33-118.

_____. Saberes Localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial. *Cadernos Pagu*, São Paulo, v. 5, p. 07-41, 1995. Disponível em: <http://clam.org.br/bibliotecadigital/uploads/publicacoes/1065_926_hARAWAY.pdf>.

Acesso em: 28 abr. 2019.

LAQUEUR, Thomas. *Inventando o sexo: corpo e gênero dos gregos a Freud*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2001.

LUDDITAS SEXXUALES. *Ética amatoria del deseo libertario y las afectaciones libres y alegres*. Buenos Aires: Mirela Caserola, 2012.

NUNES, Hariagi Borba. “O Corpo histórico: meu dildo goza terrorismo” *Pós-pornografia e pornoterrorismo na contemporaneidade: uma analítica de ruptura*. 2016. 68 f. Trabalho de Conclusão de Curso - Faculdade de História, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre. 2016. Disponível em: <>. Acesso em: 28 abr. 2019.

PRECIADO, Paul B. Activismo posporno. *El Mundo*, Madrid, 18 abr. 2015. Disponível em: <<https://www.elmundo.es/cultura/2015/04/18/552e788222601da62d8b458c.html>>. Acesso em: 28 abr. 2019.

_____. “Decimos Revolución”. In: SOLÁ, Miriam; URKU, Elena (Org.). *Transfeminismos. Epistemes, fricciones y flujos*. Tafalla: Txalaparta, 2013. p. 9-13.

_____. *Manifesto contrasexual*. São Paulo: n-1 edições, 2014.

_____. Multidões *queer*: notas para uma política dos anormais. *Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 19, n. 1, p. 11-20, jan.-abr. 2011. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/S0104-026X2011000100002/18390>>. Acesso em: 28 abr. 2019.

_____. *Pornotopía: Arquitectura y sexualidad en la Playboy durante la Guerra Fría*. Barcelona: Editorial Anagrama, 2010.

_____. *Texto Yonqui*. Madrid: Espasa Calpe, 2008.

POST-OP. “De placeres a monstruos. Interrogantes em torno al postporno”. In: SOLÁ, Miriam; URKO, Elena (Org.). *Transfeminismos. Epistemes, fricciones y flujos*. Tafalla: Txalaparta, 2013. p. 193-206.

SCOTT, Joan. Invisibilidade da Experiência. *Projeto História*, São Paulo, v. 16, fev. 1998. Disponível em <<https://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/view/11183>>. Acesso em: 28 abr. 2019.

TORRES, Diana. *Pornoterrorismo*. Tafalla: Txalaparta, 2011.